



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**



**Requerimento Nº 170/2026**

**EMENTA: REQUER AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O DIA 27 DE MAIO DE 2026 ÀS 18H30, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, COM A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DE SEGMENTOS ORGANIZADOS E ESPECIALISTAS, VISANDO O DEBATE SOBRE O FIM DA ESCALA 6X1 E A CONSEQUENTE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO SALARIAL.**

**SENHOR PRESIDENTE,**

**SENHORES E SENHORAS VEREADORES (AS),**

Requeiro à Mesa, na forma regimental de estilo, depois de ouvido o Douto Plenário, a realização de **Audiência Pública** sob a coordenação do autor do requerimento **no dia 27 de maio de 2026 (quarta-feira) às 18h30min no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim**, situado à rua Dr. José Alves, nº 129, com a presença de representantes dos segmentos organizados, especialistas nas áreas jurídica, econômica e de saúde do trabalho, bem como autoridades e representantes classistas das categorias profissionais e econômicas de nosso município, para tratativas sobre um dos assuntos mais importantes da atualidade, o fim da Escala 6 por 1 e a consequente redução da Jornada de trabalho sem a redução dos ganhos.

A pretensão de designação desta Audiência Pública fundamenta-se, primordialmente, na imperiosa necessidade de resguardar o **Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**, insculpido no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, garantindo que o labor não se sobreponha à higidez física e mental do trabalhador. Frisa-se que a proposta a ser debatida versa sobre a alteração da Constituição Federal no tocante a redução da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO



jornada de trabalho, a qual reflete um movimento internacional de sistemas de trabalho mais flexíveis aos trabalhadores, satisfazendo uma demanda histórica das lutas sociais e econômicas da classe trabalhadora. Lutas essas que remontam aos embates dos movimentos desde os primeiros anos da revolução industrial.

É cediço que o *favor debilis* deve nortear as relações sociais de produção, de sorte que a proposta de alteração do artigo 7º, inciso XIII, da Carta Magna, para o fim da escala 6x1, reflete o **Princípio da Progressividade dos Direitos Sociais**, vedando o retrocesso e buscando a melhoria da condição social do trabalhador.

O debate acerca da redução da jornada sem redução de subsídios encontra amparo no **Princípio do Valor Social do Trabalho** e na busca pelo pleno emprego, conforme preceitua o artigo 170, *caput* e inciso VIII, da Constituição, entendendo que a racionalização da jornada é medida de rigor para a justiça social.

A realidade de Mogi Mirim, como expoente econômico e industrial da região de Campinas, exige que este Parlamento se debruce sobre o tema sob a ótica do **Princípio da Função Social da Empresa** e do **Princípio da Proteção**, considerando que a manutenção de escalas exaustivas colide frontalmente com o direito ao lazer e à convivência familiar, direitos estes fundamentais.

Ademais, a discussão deve observar o **Princípio da Proibição do Retrocesso Social** (*clausula de não retorno*), garantindo que as conquistas da classe trabalhadora, desde a Revolução Industrial, evoluam para sistemas mais flexíveis e humanos.

Sob o brocardo *in dubio pro operario*, a interpretação das normas deve sempre visar a proteção da parte vulnerável, e a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO



redução da jornada é o corolário lógico da evolução tecnológica e da produtividade moderna.

Tem-se que a interlocução entre o Poder Legislativo, sindicatos e a sociedade civil é instrumento de democracia participativa, assegurando que o **Princípio da Razoabilidade** norteie as mudanças legislativas nacionais com reflexos locais diretos.

A presença de especialistas garantirá um diálogo técnico pautado no **Princípio da Prevenção** e na busca pela saúde pública, fornecendo a esta Casa os subsídios necessários para que o interesse público e os direitos fundamentais dos cidadãos mogimirianos prevaleçam sobre a exploração desmedida da força de trabalho.

Em tempo, reitero os protestos de respeito e consideração.

*Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", 10 de abril de  
2026.*

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO  
PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)**

**VEREADOR  
ERNANI**



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 23126

Folha Nº 05



**Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=WT92AKJMADYS28U8>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: WT92-AKJM-ADYS-28U8**

**ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO**

Vereador

Assinado em 10/04/2026, às 08:41:37

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:830/2026 - 10/04/2026 - 08:41 - WT92-AKJM-ADYS-28U8



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

**CONVITE DE**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Nos termos do inciso IV e § 2º do Art. 225 do Regimento Interno e tendo em vista o Requerimento nº 170 de 2026, de autoria do Vereador Ernani Luiz Donatti Gragnanello, fica convidada a população de Mogi Mirim a participar da **Audiência Pública** “VISANDO O DEBATE SOBRE O FIM DA ESCALA 6X1 E A CONSEQUENTE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO SALARIAL”.

Dia: 27 de maio de 2026 – quarta-feira

Horário: 18h30

Local: Plenário da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Mogi Mirim, em 14 de abril de 2026.

**CRISTIANO GAIOTO**  
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 23126

Folha Nº 01



**Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=74C72H6051NWVDXM>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 74C7-2H60-51NW-VDXM**

**CRISTIANO GAIOTO**

Vereador - Presidente

Assinado em 15/04/2026, às 09:19:25

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 74C7-2H60-51NW-VDXM



**PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DE MOGI MIRIM,  
EDIÇÃO Nº 1.087, SÁBADO, 18 DE ABRIL DE 2026**

Jornal Oficial

Sábado, 18 de abril de 2026 ano XI - nº 1.087

P02



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

**CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Nos termos do inciso IV e § 2º do Art. 225 do Regimento Interno e tendo em vista o Requerimento nº 170 de 2026, de autoria do Vereador Ernani Luiz Donatti Gagnanello, fica convidada a população de Mogi Mirim a participar da **Audiência Pública** "VISANDO O DEBATE SOBRE O FIM DA ESCALA 6X1 E A CONSEQUENTE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO SALARIAL".

Dia: 27 de maio de 2026 – quarta-feira  
Horário: 18h30  
Local: Plenário da Câmara Municipal


Câmara Municipal de Mogi Mirim, em 14 de abril de 2026.

**CRISTIANO GAJOTO**  
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim


**CONVITE**  
À POPULAÇÃO DE MOGI MIRIM




**AUDIÊNCIA PÚBLICA**



**SOBRE O FIM DA ESCALA 6x1**



Vamos debater os impactos da jornada 6x1 e a importância de melhores condições de trabalho para a população.



**Data: 27/05/2026**

**Horário: 18h30**


**Local: Plenário da Câmara Municipal**



**DEBATER DIREITOS É CONSTRUIR UM FUTURO MAIS JUSTO.**



**PARTICIPE!**  
Sua presença faz a diferença.





**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26  
Folha Nº 10

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O DIA 27 DE MAIO DE 2026, ÀS 18H30MIN, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, VISANDO O AMPLO DEBATE SOBRE O FIM DA ESCALA 6X1 E A CONSEQUENTE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO SALARIAL, CONFORME REQUERIMENTO N.º 170/2026, DE AUTORIA DO VEREADOR ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO.**

No dia 27 de maio de 2026, às 18 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim, situado à Rua Dr. José Alves, n.º 129, Centro, Mogi Mirim/SP, realizou-se Audiência Pública requerida pelo Vereador Ernani Luiz Donatti Gragnanello, por meio do Requerimento n.º 170/2026, com a finalidade de promover debate público, técnico, social e institucional acerca do fim da escala 6x1 e da consequente redução da jornada de trabalho sem redução salarial. A audiência teve por fundamento a necessidade de discutir, no âmbito local, os impactos da organização da jornada de trabalho sobre a dignidade da pessoa humana, a saúde física e mental dos trabalhadores, a convivência familiar, o direito ao lazer, o valor social do trabalho, a função social da empresa, a proteção da parte vulnerável na relação laboral, a progressividade dos direitos sociais e os reflexos econômicos e sociais da eventual alteração do regime de jornadas. Participaram dos trabalhos o assessor parlamentar Eric Cavaca, responsável pela abertura e apresentação inicial do ato; o Vereador Ernani Luiz Donatti Gragnanello, autor do requerimento e coordenador da audiência; Pedro Tourinho; Massao Hito; e Emanuel Duarte. Lavrou-se a presente ata como registro circunstanciado dos trabalhos, observando-se os fundamentos apresentados, as propostas formuladas, as preocupações levantadas e os encaminhamentos sugeridos ao final da audiência.

---

**1) IDENTIFICAÇÃO DA AUDIÊNCIA**

---

- **Tipo de reunião:** Audiência Pública.
- **Assunto:** Fim da escala 6x1 e a consequente redução da jornada de trabalho sem redução salarial.
- **Origem formal:** Requerimento n.º 170/2026, de autoria do Vereador Ernani Luiz Donatti Gragnanello.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26  
Folha Nº 13

- **Data:** 27 de maio de 2026.
- **Horário:** Próximo das 18h30, conforme requerimento de convocação.
- **Local:** Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim, Rua Dr. José Alves, nº 129, Centro, Mogi Mirim/SP.
- **Forma de registro:** Audiência transmitida e registrada em áudio e vídeo.
- **Finalidade declarada:** A necessidade de discutir, no âmbito local, os impactos da organização da jornada de trabalho sobre a dignidade da pessoa humana, a saúde física e mental dos trabalhadores, a convivência familiar, o direito ao lazer, o valor social do trabalho, a função social da empresa, a proteção da parte vulnerável na relação laboral, a progressividade dos direitos sociais e os reflexos econômicos e sociais da eventual alteração do regime de jornadas.

---

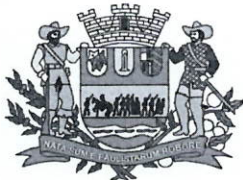
**2) DA ORIGEM FORMAL DA AUDIÊNCIA E DO OBJETO DO DEBATE**

---

A audiência pública decorreu do Requerimento n.º 170/2026, subscrito pelo Vereador Ernani Luiz Donatti Gragnanello, cuja ementa requereu a realização de audiência, no dia 27 de maio de 2026, às 18h30, no Plenário da Câmara Municipal, com a participação de representantes de segmentos organizados e especialistas, visando o debate sobre o fim da escala 6x1 e a consequente redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

O requerimento destacou que a discussão envolve a proteção da dignidade da pessoa humana, prevista no artigo 1.º, inciso III, da Constituição Federal, e a necessidade de assegurar que o trabalho não se sobreponha à saúde física e mental do trabalhador. Também apontou que o tema dialoga com a proposta de alteração do artigo 7.º, inciso XIII, da Constituição Federal, com o princípio da progressividade dos direitos sociais e com a vedação ao retrocesso social.

Constou, ainda, da justificativa do requerimento que a redução da jornada sem redução de ganhos encontra amparo no valor social do trabalho, na busca pelo pleno emprego, na função social da



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26

Folha Nº 12

empresa, no princípio da proteção, no direito ao lazer, na convivência familiar, na razoabilidade e na necessidade de interlocução entre Poder Legislativo, sindicatos, sociedade civil, representantes das categorias profissionais e econômicas e especialistas nas áreas jurídica, econômica e de saúde do trabalho.

A matéria foi tratada como pauta de interesse público local, embora vinculada a debate nacional, uma vez que a realidade econômica, industrial, comercial e de serviços de Mogi Mirim é diretamente impactada pelos modelos de jornada, pelas escalas de trabalho, pela qualidade de vida dos trabalhadores e pela forma como empresas, comércio, serviços públicos, sindicatos e instituições se organizam diante de eventual mudança legislativa.

---

**3) ABERTURA DOS TRABALHOS E DEBATE**

---

**3.1. Da abertura dos trabalhos pelo assessor parlamentar Eric Cavaca**

---

A audiência foi aberta pelo assessor parlamentar Eric Cavaca, que cumprimentou os presentes no Plenário e também aqueles que acompanhavam a transmissão pelos canais institucionais. Na abertura, informou que os trabalhos se iniciavam a pedido do Vereador Ernani Luiz Donatti Gragnanello, por meio do Requerimento n.º 170/2026.

Na sequência, foi anunciado o objeto da audiência: o debate sobre o fim da escala 6x1 e a consequente redução da jornada de trabalho sem redução salarial. A apresentação inicial delimitou o tema e organizou a passagem da palavra ao Vereador Ernani, autor do requerimento, para condução política e institucional dos trabalhos.

**3.2. Da manifestação inicial do vereador Ernani Luiz Donatti Gragnanello**

---

Passada a palavra ao Vereador Ernani Luiz Donatti Gragnanello, este agradeceu a apresentação realizada pelo assessor parlamentar Eric Cavaca e registrou a presença dos convidados. Saudou Pedro Tourinho, destacando sua experiência na área da



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26

Folha Nº 1347

saúde do trabalhador; Massao Hito, ligado à área econômica e de desenvolvimento econômico do Município; e Emanuel Duarte, representante classista e participante do debate sobre o mundo do trabalho.

O Vereador Ernani destacou que a audiência tratava de tema atual e de grande relevância social, especialmente diante da necessidade de discutir novas formas de relação de trabalho, organização da jornada, proteção da saúde do trabalhador e construção de uma visão mais humana para o mundo do trabalho.

Ressaltou, ainda, que o debate deveria ser divulgado à cidade e à sociedade, de modo que as informações apresentadas pelos convidados pudessem contribuir para a formação de opinião pública e para a compreensão dos efeitos do fim da escala 6x1 sobre trabalhadores, famílias, empresas e organização social.

Na condução inicial, o Vereador Ernani afirmou que a discussão representava passo importante para o avanço de uma nova compreensão das relações laborais, assentada na dignidade, na saúde, no equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal e na valorização da classe trabalhadora.

**3.3. Da exposição de Pedro Tourinho sobre trabalho decente, saúde do trabalhador e escala 6x1**

Pedro Tourinho iniciou sua exposição cumprimentando o Vereador Ernani, Massao Hito, Emanuel Duarte, os presentes e a população de Mogi Mirim. Apresentou-se como médico, especialista em Medicina Preventiva e Social pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, com formação voltada à epidemiologia, aos contextos coletivos de adoecimento e à saúde do trabalhador. Informou também sua atuação como professor de Saúde da Família da PUC-Campinas e sua experiência anterior na vida pública e à frente da Fundacentro.

Explicou que a Fundacentro é instituição de referência na pesquisa, formação e produção de conhecimento sobre a forma pela qual o trabalho incide sobre a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. Mencionou que a instituição vinha produzindo materiais sobre saúde mental e trabalho, tema diretamente relacionado à discussão da escala 6x1.

Como premissa central, Pedro Tourinho afirmou que o trabalho precisa ser decente. Segundo sua exposição, o trabalho deve promover saúde, bem-estar, realização pessoal e riqueza comum,



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26  
Folha Nº 34

e não adoecimento, sofrimento físico ou mental, redução do tempo de vida ou corrosão da dignidade. Ressaltou que o trabalho possui dimensão ambivalente: é espaço de vocação, realização e contribuição social, mas também imposição material, pois a maioria das pessoas trabalha para garantir a própria subsistência e colocar alimento à mesa.

A partir dessa premissa, destacou que não se pode aceitar como parte natural do contrato de trabalho a perda da saúde física, mental ou emocional. Para ele, quando determinada forma de organização do trabalho é intrinsecamente adoecedora, cabe à sociedade transformá-la, sob pena de naturalização de formas cada vez mais brutais e desumanas de exploração.

Pedro Tourinho recordou que o Brasil ainda convive com informalidade, ausência de proteção trabalhista e situações de trabalho análogo ao escravo, o que reforça a necessidade de discutir a escala 6x1 não apenas como questão de conveniência, mas como matéria relacionada à saúde pública, à proteção social e à dignidade do trabalhador.

No aspecto técnico, afirmou haver relação direta entre jornada de trabalho e saúde do trabalhador. Explicou que jornadas mais longas e sucessivos dias de trabalho sem descanso adequado estão associados a maior fadiga, aumento de acidentes, intensificação do adoecimento e afastamento progressivo entre o trabalho prescrito, previsto em normas e procedimentos, e o trabalho real, realizado concretamente sob pressão, cansaço e limitação humana.

Segundo a exposição, estudos sobre saúde do trabalhador indicam aumento do risco de acidentes após longos períodos de expediente, especialmente quando a fadiga se instala. Também foi explicado que muitos dias consecutivos de trabalho, com apenas um dia de descanso, ampliam o esgotamento físico e psíquico, pois o trabalhador não utiliza esse único dia para repousar efetivamente, mas para resolver pendências domésticas, familiares e pessoais acumuladas durante a semana.

Pedro Tourinho relacionou a escala 6x1 ao atual cenário de adoecimento mental no Brasil. Afirmou que o país vive situação de forte crescimento dos afastamentos por adoecimento mental, citando a evolução de pouco mais de cem mil afastamentos anuais, há pouco mais de uma década, para número superior a quinhentos mil afastamentos em período recente. Ressaltou que nem todos são formalmente reconhecidos como decorrentes do trabalho, mas que



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26  
Folha Nº 35

o trabalho atua frequentemente como concausa relevante do adoecimento.

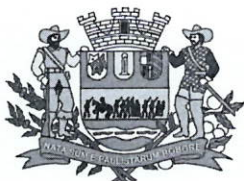
Na sequência, tratou da Norma Regulamentadora n.º 01, instituída pelo Ministério do Trabalho em 2024, mencionando a inclusão da saúde mental como elemento a ser observado nas inspeções e políticas de saúde e segurança do trabalho. Destacou que fatores como assédio, falhas de comunicação interna, baixa clareza de papéis, sobrecarga, subcarga, jornadas muito longas e metas inalcançáveis constituem elementos que podem gerar risco à saúde mental do trabalhador.

Ao tratar especificamente da escala 6x1, afirmou que o trabalhador submetido a seis dias de trabalho e apenas um de descanso vive em regime de exaustão continuada. Afirmou que esse único dia tende a ser consumido por tarefas domésticas, cuidados familiares, organização da casa, compromissos acumulados e preparação para a nova semana, de modo que o descanso real se torna insuficiente.

Pedro Tourinho também fez referência à aprovação, em comissão especial da Câmara dos Deputados, de texto voltado ao fim da escala 6x1 e à redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial. Tratou o tema como marco histórico de uma luta antiga pela redução da jornada, com potencial de garantir mais tempo de convivência familiar, lazer, cuidado pessoal, organização da vida cotidiana e melhoria das condições de saúde da massa trabalhadora.

Outro ponto relevante de sua fala foi a crítica à precarização contemporânea do trabalho. Mencionou a juventude que rejeita a CLT por associá-la à subordinação excessiva, bem como trabalhadores de aplicativos que, embora tratados como autônomos, muitas vezes laboram sete dias por semana e doze horas por dia ou mais, sem proteção adequada e sem autonomia real sobre sua jornada.

Finalizando sua exposição inicial, Pedro Tourinho afirmou que o enfrentamento do adoecimento mental relacionado ao trabalho não pode depender exclusivamente de soluções individuais, como terapia, medicação ou consulta médica, embora tais medidas sejam importantes para quem já adoeceu. Defendeu a necessidade de agir sobre os determinantes coletivos do adoecimento, entre eles a organização da jornada, a intensidade do trabalho e os modelos que impedem o descanso efetivo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26  
Folha Nº 16

**3.4. Da manifestação de Massao Hito sobre produtividade, tecnologia, história das jornadas e dignidade do trabalhador**

Após a exposição de Pedro Tourinho, Massao Hito iniciou sua manifestação parabenizando-o pela clareza da fala e afirmando que o mundo do trabalho passa por momento de grande transformação. Relacionou o debate da escala 6x1 à chegada de novas tecnologias, máquinas, robôs, automação e aumento expressivo da produtividade.

Massao Hito questionou se, diante do aumento da produtividade e da evolução tecnológica, ainda seria necessário manter jornadas tão extensas e modelos que impedem o trabalhador de viver plenamente. Em sua avaliação, a redução da jornada deve ser compreendida como forma de repartir os ganhos de produtividade com quem trabalha, garantindo tempo para convivência familiar, lazer, descanso, participação comunitária e cuidado pessoal.

A manifestação teve forte componente pessoal e social. Massao Hito, que atuou como professor, relatou ter trabalhado em três períodos, pela manhã, à tarde e à noite, e ainda dedicar os finais de semana à correção de provas e preparação de aulas. Afirmou que um de seus grandes arrependimentos foi não ter acompanhado adequadamente o crescimento dos filhos, em razão da rotina intensa de trabalho.

Ao tratar da realidade dos trabalhadores das grandes cidades, especialmente da Grande São Paulo, destacou que muitos precisam acordar de madrugada para enfrentar longos deslocamentos, trabalhar o dia inteiro e gastar outras horas para retornar para casa. Ressaltou que, em muitos lares, especialmente no caso das mulheres trabalhadoras, ainda há a sobrecarga do preparo da comida, cuidado com filhos, acompanhamento escolar e demais tarefas domésticas.

Massao Hito defendeu que o trabalhador também tem direito de ir à igreja, levar os filhos ao parque, acompanhar a família, praticar esportes, ir ao cinema, conviver com netos, descansar e participar da vida social. Afirmou que a redução da jornada não deve ser vista como ameaça, mas como avanço civilizatório e instrumento de distribuição de tempo, renda, saúde e dignidade.

Em perspectiva histórica, mencionou a Revolução Industrial e as sucessivas lutas pela redução das jornadas de 16 ou 18 horas para 14, 12, 10 e, posteriormente, 8 horas diárias. Recordou que, em todos esses momentos, setores empresariais afirmaram que a economia quebraria, mas que a redução da jornada não destruiu



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23126  
Folha Nº 17

empresas; ao contrário, o desenvolvimento econômico continuou, os lucros se ampliaram e a sociedade avançou.

Também traçou paralelo com o período abolicionista, afirmando que, à época, grandes proprietários diziam que o fim da escravidão acabaria com a agricultura nacional, o que não se confirmou historicamente. Utilizou o exemplo para sustentar que discursos de catástrofe costumam acompanhar avanços sociais, mas não devem impedir a ampliação de direitos.

Na mesma linha, Massao Hito ressaltou que políticas públicas de valorização do trabalhador não devem ser tratadas como ameaça à economia, mas como instrumento de fortalecimento social e produtivo. Ao mencionar o período recente da política nacional, citou que, após período em que o salário mínimo teria permanecido sem aumento real (2016-2023), o Governo Lula promoveu reajuste acima da inflação, sem que se confirmassem previsões de colapso econômico. Registrou, nesse ponto, que a valorização do salário mínimo e a melhor distribuição de renda fortalecem o mercado interno, ampliam o poder de compra da população trabalhadora e demonstram que medidas favoráveis ao trabalhador podem impulsionar a economia.

Massao Hito relacionou a redução da jornada à dinamização da economia. Segundo sua fala, se as pessoas trabalharem menos, terão mais tempo para consumir, conviver, praticar atividades, frequentar comércio, cultura, lazer, esportes e serviços. Dessa forma, a medida pode gerar nova circulação econômica e beneficiar inclusive os empresários, com trabalhadores mais saudáveis, motivados e produtivos.

Concluiu afirmando que o fim da escala 6x1 representa mais dignidade para a população trabalhadora e que a transição para modelo com mais descanso é medida necessária para enfrentar o adoecimento, a exaustão e a concentração excessiva dos ganhos de produtividade.

Massao Hito também afirmou que a defesa do fim da escala 6x1 deve ser compreendida como parte de uma trajetória histórica de lutas populares, sindicais, sociais e progressistas em favor da classe trabalhadora. Enfatizou que os avanços civilizatórios relacionados à jornada, ao salário, ao descanso e à proteção social foram conquistados por mobilização política e social, razão pela qual a população deve reconhecer e valorizar os campos políticos que, historicamente, se posicionam ao lado dos trabalhadores.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26  
Folha Nº 18

**3.5. Da manifestação de Emanuel Duarte sobre CLT, precarização, uberização e novas formas de controle do trabalho**

Emmanuel Duarte agradeceu ao Vereador Ernani, a Pedro Tourinho e a Massao Hito, destacando a relevância das exposições anteriores. Iniciou sua fala afirmando que o trabalho é característica humana, mas que a forma de organização discutida na audiência se refere ao emprego dentro da sociedade capitalista, isto é, à venda da força de trabalho em troca de salário.

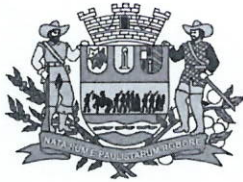
A partir dessa distinção, retomou elementos históricos citados por Massao Hito, mencionando o ludismo e o medo de que as máquinas retirassem empregos. Observou que a sociedade se acostumou a jornadas extensivas e exaustivas, mas que a modernidade, especialmente depois da pandemia, passou a misturar ainda mais o espaço doméstico e o espaço de trabalho.

Emanuel Duarte destacou que o trabalho em casa, o *home office* e as novas tecnologias confundiram os limites entre tempo profissional e tempo familiar. Relatou que, durante a pandemia, tornou-se evidente a dificuldade de separar reuniões, cuidado com crianças, tarefas domésticas e demandas profissionais, gerando uma sobreposição constante de papéis.

Na sequência, criticou a disseminação de uma aversão à CLT. Afirmou que não se pode aceitar o discurso de que a CLT prejudica o trabalhador, pois ela representa garantias fundamentais, como Fundo de Garantia, aposentadoria, proteção jurídica e direitos sociais construídos historicamente. Relacionou essa discussão às reformas trabalhista e previdenciária e aos impactos sobre a vida dos trabalhadores, inclusive professores que permanecerão por mais tempo em sala de aula.

Como professor, Emanuel Duarte abordou as formas de monitoramento e intensificação do trabalho docente, destacando a substituição de avaliações qualitativas por controles quantitativos, como número de tarefas, presença e métricas de produtividade. Apontou que o trabalhador passa a ser avaliado por sistemas que nem sempre consideram a qualidade real do trabalho executado.

Também criticou a chamada uberização do trabalho e a ideologia do empreendedor de si mesmo, segundo a qual cada pessoa trabalharia o quanto quisesse e conquistaria seus objetivos individualmente. Para ele, esse discurso oculta a precarização,



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26

Folha Nº 19 ug

a fragilidade dos vínculos e a ausência de garantias, transformando trabalhadores em prestadores sem proteção suficiente.

Como exemplo de controle excessivo, citou situações em que trabalhadores em home office foram monitorados por quantidade de cliques, com risco de dispensa caso não apresentassem determinado volume de atividade mensurável. Afirmou que esse tipo de avaliação privilegia a quantidade e desconsidera a qualidade e a complexidade do trabalho.

Emanuel Duarte também tratou da inteligência artificial e de novas ferramentas tecnológicas. Observou que, embora se esperasse que tais tecnologias reduzissem a carga de trabalho, na prática muitas vezes aumentam as exigências, impõem novas adaptações e agregam funções ao trabalhador sem a devida formação ou redução correspondente de jornada.

Ao concluir sua primeira manifestação, defendeu que a redução da jornada é primeiro passo para ampliar a qualidade de vida. Apontou a necessidade de fortalecer o vínculo formal de trabalho, preservar direitos, combater informações falsas sobre a CLT e reconhecer que garantias como Fundo de Garantia, seguridade social e proteção trabalhista são conquistas essenciais, não entaves ao desenvolvimento.

### **3.6. Do retorno da palavra ao vereador Ernani e da solicitação de propostas concretas**

Após as exposições iniciais, o Vereador Ernani retomou a palavra e destacou que as manifestações foram relevantes para qualificar o debate junto à sociedade. Ressaltou que a audiência estava sendo transmitida e que o conteúdo deveria ser divulgado, de modo que as ideias apresentadas pudessem alcançar trabalhadores, sindicatos, empresas, entidades e a população em geral.

O Vereador Ernani solicitou aos palestrantes que apresentassem propostas concretas para a realidade de Mogi Mirim, questionando quais medidas poderiam ser adotadas no Município, como o Parlamento poderia contribuir, de que forma dialogar com a sociedade e quais ações poderiam aperfeiçoar a democracia participativa. Afirmou que a democracia é construída cotidianamente, por meio de debate permanente, escuta e aprimoramento das políticas públicas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26

Folha Nº 20

Com esse encaminhamento, a audiência passou da etapa expositiva para a etapa propositiva, voltada à formulação de medidas, articulações e sugestões práticas relacionadas ao trabalho decente, ao fim da escala 6x1 e à proteção da saúde e da dignidade dos trabalhadores.

### **3.7. Das propostas e considerações finais de Pedro Tourinho**

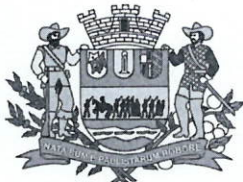
Pedro Tourinho, ao responder à solicitação do Vereador Ernani, afirmou que é importante buscar medidas concretas a partir do espaço do Parlamento. Defendeu a criação de comissões, grupos de trabalho e iniciativas locais em favor do trabalho decente, capazes de dialogar com auditores fiscais do trabalho, Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, sindicatos, empregadores, Ministério Público do Trabalho, redes de saúde e demais atores envolvidos.

Sugeriu que o Município e a Câmara Municipal possam contribuir para discutir a realidade local da escala 6x1, especialmente com empregadores que utilizam esse regime de trabalho. Observou que eventual aprovação nacional do fim da escala exigirá período de transição, adaptação e colaboração, de modo que a mudança seja efetiva e não permaneça apenas no papel.

Pedro Tourinho ressaltou que a transição deve ser feita com cooperação, evitando-se que empregadores tenham dificuldades econômicas desnecessárias, mas garantindo que o direito do trabalhador seja respeitado. Afirmou que os estudos indicam que a mudança tende a ser positiva para a economia, pois trabalhadores com mais tempo livre alteram padrões de consumo, convivência e participação social.

Também destacou a necessidade de fiscalização, especialmente para impedir que a redução da jornada seja acompanhada de redução salarial. Segundo sua manifestação, é essencial assegurar que o fim da escala 6x1 e a redução da jornada preservem os ganhos dos trabalhadores, em consonância com o objeto do requerimento.

Concluiu defendendo a articulação de uma rede local em favor do trabalho decente, reunindo Poder Público, sindicatos, empregadores, órgãos de fiscalização, órgãos de saúde e entidades sociais, a fim de promover adaptação, orientação, fiscalização e garantia de efetividade dos direitos trabalhistas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26  
Folha Nº 23

**3.8. Das propostas e considerações finais de Massao Hito**

Massao Hito, em suas considerações finais, afirmou que a fala de Pedro Tourinho foi sensata e que a sociedade deve acompanhar a tramitação do tema, especialmente a aprovação em comissão especial voltada ao fim da escala 6x1 e à implantação de modelo que assegure dois dias de descanso ao trabalhador.

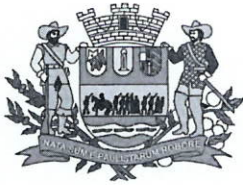
Defendeu que a população saiba quais agentes políticos, partidos e representantes se posicionaram favoravelmente ou contrariamente ao fim da escala 6x1. Em sua avaliação, o trabalhador deve conhecer quem votou a favor e quem se opôs à medida, para que possa exercer sua cidadania com informação, especialmente em período eleitoral.

Nessa perspectiva, Massao Hito deu especial ênfase ao voto consciente nas eleições de 2026, sustentando que o trabalhador deve pesquisar quais parlamentares, partidos e lideranças defenderam o fim da escala 6x1, a redução da jornada e a manutenção dos salários, bem como quais se opuseram a esses direitos. Afirmou que esse discernimento é essencial para que a classe trabalhadora eleja representantes comprometidos com suas pautas concretas, e não apenas com interesses econômicos de grupos privilegiados.

Massao Hito criticou parlamentares que, embora desfrutem de tempo livre, estrutura, viagens e ausências frequentes, resistem à ampliação do descanso dos trabalhadores. Sustentou que parte significativa do Congresso Nacional não representa adequadamente a classe trabalhadora, mas interesses de grupos econômicos poderosos, razão pela qual a informação política é instrumento essencial de consciência social.

No mesmo contexto, reafirmou que os partidos e lideranças progressistas, vinculados à defesa dos direitos sociais, devem ser reconhecidos pelo esforço em pautar o tema do trabalho digno, da redução de jornada e da valorização salarial. Ao citar o exemplo do aumento real do salário mínimo, vinculou essa política à concepção de que a economia se fortalece quando o trabalhador tem renda, tempo de vida, dignidade e capacidade de consumo.

Como proposta prática, sugeriu multiplicar audiências públicas, debates e eventos nos bairros, sindicatos, periferias e espaços comunitários, para que a discussão não permaneça restrita a pequenos grupos. Reforçou que o tema precisa chegar à população trabalhadora, permitindo que cada cidadão compreenda os efeitos da escala 6x1 sobre sua vida e seus direitos.



Proc. Adm. Nº 23/26  
Folha Nº 22

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

**3.9. Das propostas e considerações finais de Emanuel Duarte**

Emanuel Duarte, em suas considerações finais, afirmou que é necessário pensar também em medidas próprias para Mogi Mirim. Relacionou o debate da jornada de trabalho a outras políticas públicas voltadas à classe trabalhadora, especialmente mobilidade, saúde mental, esporte, lazer e acolhimento.

Destacou a proposta de transporte público gratuito no Município (Tarifa Zero), afirmando que o direito de locomoção se soma à necessidade de garantir ao trabalhador condições de circular pela cidade, participar de eventos, frequentar o centro, acessar serviços e usufruir melhor do território urbano.

Também defendeu a construção de políticas públicas de acolhimento em saúde mental e incentivo a práticas esportivas. Recordou que Mogi Mirim já organizou, em outros momentos, os Jogos do Trabalhador, com participação de empresas em modalidades como futebol, pebolim e vôlei, e sugeriu a retomada ou fortalecimento de ações semelhantes para integrar trabalhadores, empresas e cidade.

Outra proposta apresentada foi a criação de motoponto para *motoboys* e entregadores, com espaço adequado para beber água, utilizar banheiro e carregar o celular. Segundo Emanuel Duarte, essa medida reconhece a dinâmica atual do trabalho por aplicativos e a necessidade de oferecer condições mínimas de dignidade a trabalhadores que circulam intensamente pela cidade.

Emanuel Duarte voltou a criticar a precarização do trabalho, mencionando a promessa de que modelos flexíveis, como o trabalho parcial, trariam mais liberdade, mas que, na prática, muitas vezes produziram jornadas fragmentadas, múltiplos vínculos, instabilidade e ausência de ascensão social. Defendeu, portanto, políticas públicas e agendas voltadas diretamente à classe trabalhadora.

Finalizou relacionando o debate da jornada à valorização de políticas de distribuição de renda e redução de desigualdades, defendendo que recursos nas mãos dos trabalhadores retornam à circulação econômica local e fortalecem o mercado interno.

Emanuel Duarte registrou que a pauta de valorização do trabalho tem sido encabeçada por setores progressistas, relacionando-a a outras medidas de justiça social, como a isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que recebem até R\$ 5.000,00 (cinco mil



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. N° 23/26  
Folha N° 23 *uz*

reais). Segundo sua manifestação, quando a renda permanece com o trabalhador, o recurso retorna à economia local, movimenta o comércio, fortalece o mercado interno e demonstra que políticas voltadas à classe trabalhadora não enfraquecem o País, mas contribuem para seu desenvolvimento.

**3.10. Do encerramento pelo vereador Ernani**

Ao final, o Vereador Ernani agradeceu a presença e a contribuição de Pedro Tourinho, Massao Hito e Emanuel Duarte, destacando que as exposições enriqueceram o debate público e trouxeram informações relevantes para a compreensão da escala 6x1, da saúde do trabalhador, da economia local e das possibilidades de atuação institucional.

O Vereador Ernani afirmou que o vídeo e o conteúdo da audiência deveriam ser amplamente reproduzidos, para que mais pessoas tivessem acesso às informações e pudessem compreender a importância da redução da jornada e do fim da escala 6x1 sem redução salarial.

Registrou como positivas as propostas apresentadas, especialmente a possibilidade de levar o debate aos bairros, produzir materiais informativos, dialogar com trabalhadores, sindicatos, empresas e comunidade, bem como desenvolver ações locais relacionadas a transporte, saúde mental, esporte, lazer e condições dignas de trabalho.

Nada mais havendo a ser tratado, o Vereador Ernani Luiz Donatti Gragnanello agradeceu aos convidados, ao assessor parlamentar Eric Cavaca, à equipe técnica e a todos que acompanharam os trabalhos, dando por encerrada a Audiência Pública.

---

**4) DOS PRINCIPAIS TEMAS CONSOLIDADOS**

---

- Divulgar amplamente o conteúdo da audiência pública, inclusive por meio de vídeo, materiais informativos e debates comunitários.
- Promover novas rodas de conversa, audiências ou reuniões nos bairros, sindicatos, periferias, escolas, espaços comunitários e entidades representativas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 2326  
Folha Nº 24

- Estudar, no âmbito da Câmara Municipal, a criação de comissão, grupo de trabalho ou frente local voltada ao trabalho decente, à saúde do trabalhador e ao acompanhamento dos impactos do fim da escala 6x1.
- Articular diálogo entre trabalhadores, sindicatos, empregadores, Poder Público, Ministério Público do Trabalho, Auditoria Fiscal do Trabalho, Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e rede municipal de saúde.
- Acompanhar a tramitação nacional do fim da escala 6x1 e da redução da jornada, observando o cumprimento da regra de não redução salarial.
- Dar publicidade, de forma acessível, aos posicionamentos de partidos, parlamentares e lideranças sobre o fim da escala 6x1, a redução da jornada, a manutenção dos salários e as políticas de valorização do trabalhador, de modo a subsidiar o voto consciente em 2026.
- Estimular que empresas locais se preparem para eventual transição, com planejamento, diálogo e adequação sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores.
- Fortalecer políticas municipais de saúde mental, esporte, lazer e convivência comunitária para trabalhadores e suas famílias.
- Avaliar a retomada dos Jogos do Trabalhador ou iniciativa semelhante, envolvendo empresas, trabalhadores, sindicatos e Poder Público.
- Analisar a viabilidade de estrutura de apoio aos *motoboys* e entregadores, como motoponto com água, banheiro, local de descanso e ponto para carregamento de celular.
- Relacionar a discussão da jornada a outras políticas de valorização do trabalhador, como transporte público gratuito, mobilidade urbana, acesso a serviços e direito à cidade.
- Valorizar, nos materiais informativos e debates comunitários, exemplos de políticas públicas favoráveis aos trabalhadores e propostas de distribuição de renda e proteção social.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM  
GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO

Proc. Adm. Nº 23/26  
Folha Nº 25 ug

5) ENCAMINHAMENTOS, PROPOSTAS E PROVIDÊNCIAS SUGERIDAS

TEMA	QUESTÃO DEBATIDA	ENCAMINHAMENTO OU CUIDADO REGISTRADO
<b>Fim da escala 6x1</b>	Debate sobre a necessidade de encerrar o modelo de seis dias de trabalho para apenas um dia de descanso semanal.	Acompanhar a tramitação nacional, divulgar o tema à população e apoiar a transição para modelo com descanso adequado.
<b>Redução da jornada sem redução salarial</b>	Discussão sobre redução da jornada, especialmente de 44 para 40 horas semanais, preservando os ganhos do trabalhador.	Fiscalizar e defender expressamente a manutenção da remuneração, evitando que a redução de horas resulte em perda salarial.
<b>Saúde do trabalhador</b>	Relação entre jornadas longas, fadiga, acidentes, adoecimento físico e adoecimento mental.	Articular rede local de proteção à saúde do trabalhador, com saúde pública, fiscalização, sindicatos e empregadores.
<b>Saúde mental e NR-01</b>	Inclusão dos riscos psicossociais e da saúde mental como elementos de atenção nas políticas de segurança e saúde no trabalho.	Estimular informação, prevenção, orientação e fiscalização dos ambientes de trabalho, priorizando medidas educativas e corretivas.
<b>Trabalho decente</b>	Necessidade de o trabalho promover dignidade, saúde, bem-estar,	Criar comissão, grupo de trabalho ou agenda permanente sobre



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26

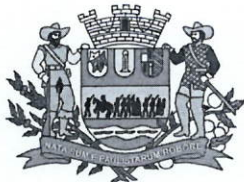
Folha Nº 26

	convivência familiar e realização pessoal.	trabalho decente no Município.
<b>Empresas e período de transição</b>	Preocupação com a adaptação das empresas locais ao novo regime de jornada.	Promover diálogo com empregadores, sindicatos e órgãos públicos para planejamento da transição sem prejuízo ao emprego e aos direitos.
<b>Precarização e uberização</b>	Debate sobre trabalho por aplicativos, fragilização de vínculos, informalidade e falsa autonomia.	Construir políticas locais de proteção, acolhimento e apoio a trabalhadores precarizados e entregadores.
<b>CLT e direitos trabalhistas</b>	Combate ao discurso de aversão à CLT e defesa de garantias como FGTS, aposentadoria e proteção social.	Produzir materiais informativos e debates públicos sobre direitos trabalhistas e importância da proteção formal.
<b>Transporte público e direito à cidade (Tarifa Zero)</b>	Relação entre tempo livre, mobilidade e possibilidade de o trabalhador acessar serviços, lazer e participação social.	Debater transporte público gratuito e melhoria da mobilidade como políticas complementares à valorização do trabalhador.
<b>Lazer, esporte e convivência</b>	Necessidade de o trabalhador ter tempo e condições para família, esporte, cultura, igreja, descanso e vida comunitária.	Avaliar retomada dos Jogos do Trabalhador e criação de políticas de lazer, esporte e convivência para trabalhadores.
<b>Motoponto para entregadores</b>	Demanda por estrutura mínima para <i>motoboy</i> s e	Estudar local, modelo de gestão, parcerias e



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

	entregadores, com água, banheiro, descanso e carregamento de celular.	viabilidade de implantação de motoponto em Mogi Mirim.
<b>Divulgação nos bairros</b>	Necessidade de levar o debate além do Plenário, alcançando trabalhadores nos bairros, sindicatos e periferias.	Organizar reuniões, folhetos, rodas de conversa e ações de comunicação comunitária sobre escala 6x1 e direitos trabalhistas.
<b>Controle social e voto consciente</b>	Importância de a população conhecer os posicionamentos de representantes políticos sobre direitos dos trabalhadores.	Divulgar informações públicas sobre tramitação, votos, posições partidárias e impactos da proposta.
<b>Fiscalização contra redução salarial</b>	Risco de empregadores reduzirem salários ou criarem compensações indevidas após eventual mudança legal.	Articular sindicatos, fiscalização trabalhista e órgãos competentes para garantir cumprimento efetivo da norma.
<b>Valorização real do salário mínimo</b>	Importância do aumento real do salário mínimo acima da inflação, posto que políticas de valorização da renda do trabalhador fortalecem o consumo, o mercado interno e a dignidade da população.	Tema político e econômico favorável à valorização do trabalho, relacionando salário, jornada, renda e desenvolvimento local.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

---

**6) DA SÍNTESE CONCLUSIVA**

---

A Audiência Pública demonstrou que o fim da escala 6x1 não se limita à alteração formal de uma regra de jornada, mas envolve debate amplo sobre saúde, dignidade, produtividade, família, lazer, economia local, proteção social e futuro do mundo do trabalho.

As exposições convergiram no sentido de que jornadas exaustivas e descanso insuficiente produzem impactos concretos na vida dos trabalhadores, contribuindo para fadiga, adoecimento, acidentes, afastamentos, perda de convivência familiar e empobrecimento da vida social. Também se destacou que a redução da jornada sem redução salarial deve ser compreendida como avanço social compatível com a produtividade moderna e com a evolução histórica dos direitos trabalhistas.

Pedro Tourinho trouxe abordagem técnica e sanitária, enfatizando a saúde do trabalhador, o adoecimento mental, a fadiga, os riscos psicossociais e a necessidade de atuação coletiva sobre os determinantes do sofrimento relacionado ao trabalho. Massao Hito apresentou reflexão histórica, econômica e humana, destacando que os avanços da jornada de trabalho sempre enfrentaram resistência, mas se consolidaram como conquistas civilizatórias. Também ressaltou que a valorização real do salário mínimo no Governo Lula, acima da inflação, demonstrou que políticas favoráveis ao trabalhador fortalecem a economia, ampliam o consumo e não produzem o colapso anunciado por seus opositores. Emanuel Duarte, por sua vez, relacionou a pauta à defesa da CLT, ao combate à uberização e à valorização de políticas progressistas voltadas à classe trabalhadora.

No plano dos encaminhamentos, a audiência apontou a necessidade de ampliar a divulgação do tema, levar o debate aos bairros, estimular a organização social, acompanhar a tramitação nacional, garantir que eventual redução de jornada não seja acompanhada de redução salarial e construir, em Mogi Mirim, iniciativas voltadas ao trabalho decente, à saúde mental, ao esporte, à mobilidade, à proteção de entregadores e à valorização da vida do trabalhador para além do tempo de trabalho.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**GABINETE DO VEREADOR ERNANI GRAGNANELLO**

Proc. Adm. Nº 23/26

Folha Nº 29

---

**7) ENCERRAMENTO**

---

Consigna-se que a presente ata constitui memória sintética e detalhada da audiência, não substituindo a íntegra da gravação oficial, da audiência pública realizada em 27 de maio de 2026, às 18h30, no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim.

*Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", 8 de junho de 2026.*

**ERNANI LUIZ**

**DONATTI**

**GRAGNANELLO:0**

**1614264848**

Assinado de forma digital  
por ERNANI LUIZ DONATTI  
GRAGNANELLO:01614264

848

Dados: 2026.06.08

11:59:12 -03'00'

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO**

**PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)**

**VEREADOR**  
**ERNANI**

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins, que nesta data foram arquivados estes autos, tendo sido autenticados sob nº 29 e com rubrica WZ de meu uso na última folha desse processo.

Secretaria da Câmara Municipal de Mogi Mirim,  
09 de Junho de 2025  
Wesley Henrique Zacariotto  
Secretário (a)

Wesley Henrique Zacariotto  
Analista Legislativo